

a arquitectura do Paço das Escolas

índice

Introdução	3
Exercício, Enunciado	5
Estrutura e desenvolvimento da Aula	9
1, O Domínio Islâmico e a Alcáçova de Coimbra	13
2, O Século 16	21
3, Século 18, a transformação setecentista do Paço	43
4, Século 20	53
Bibliografia	65

Introdução

Este relatório foi escrito para uma aula da disciplina de Projecto 2, e especificamente a propósito do segundo exercício prático desenvolvido no ano lectivo de 2004-2005, um ‘Centro de Documentação da Universidade de Coimbra’ a construir na área ocupada pela Faculdade de Farmácia, nos terrenos do antigo Horto Botânico.

De acordo com os limites que foram definidos para a intervenção, o projecto situava-se, portanto entre duas das construções com maior valor histórico e simbólico da cidade, o Paço das Escolas e a Sé Velha.

Mas, para além disso, o terreno apresentava enormes diferenças de cota e acentuados desníveis, tendo contacto com três ruas, o que o colocava num sistema complexo de relações urbanas, que exigia alargar o conhecimento daquele lugar à generalidade da sua envolvente próxima.

O objectivo da aula seria aprofundar o conhecimento sobre o edifício do Paço das Escolas, abordando a história daquele lugar. Na raiz da sua concepção está a convicção de que qualquer transformação proposta pelo projecto de arquitectura deve ser criativa e descomplexada, mas também deve ser fundamentada e culta. Sobretudo quando o lugar a transformar tem uma indiscutível importância histórica, como era o caso naquele exercício, e como é habitual nos exercícios propostos na disciplina de Projecto 2.

A aula seria então integrada numa série de outras, onde se iria abordando a evolução urbana daquele território sobre o qual nos propúnhamos intervir, orientando as propostas no sentido dessa ‘intervenção culta’.

Essa série de aulas, com um programa de natureza essencialmente histórica, nasce por um lado da necessidade imposta pela área de intervenção e pelo próprio programa do edifício, mas por outro lado nasce em grande medida dos objectivos específicos da disciplina de Projecto 2, que se ocupa da construção na cidade consolidada, e das relações da arquitectura com o lugar.

No entanto, essas aulas, não dispensariam outras, onde seriam naturalmente apresentados exemplos da arquitectura contemporânea, abordando outros aspectos do projecto: o programa, a linguagem, a construção...

A escolha específica desta aula, explica-se por razões de oportunidade e adequação às circunstâncias. Não teria menos interesse a opção de abordar a arquitectura contemporânea, mas por um lado a formalidade própria da prestação de provas académicas, por outro lado a proximidade irresistível do Paço das Escolas com toda a importância simbólica da sua arquitectura, e também a necessidade de maior maturidade para transformar a complexidade do fenómeno contemporâneo numa comunicação compreensível e lúcida, como se exige que seja uma aula, foram determinantes.



Exercício, Enunciado

Centro de Documentação da Universidade de Coimbra

Para 2º exercício do ano propunha-se a transformação da área ocupada pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, correspondente ao antigo jardim da ‘Casa dos Melos’. A proposta seria imaginar a criação de um Centro de Documentação da Universidade, que reunisse todo o espólio documental relacionado com a sua história, que se encontra disperso por diferentes instituições da cidade e do país.

O espaço urbano que seria objecto de reflexão, situa-se na fronteira da Alta monumental, próximo do Museu Machado de Castro, entre o claustro da Sé Velha e o Paço das Escolas, e inclui o grande muro de suporte mandado reconstruir (ou construir) pelo Marquês de Pombal, durante a reforma da Universidade, e a torre que lhe está encostada, e que se suspeita que pudesse ter tido um propósito militar defensivo, mas que também pode ter servido de torre sineira da Sé.

Programa do Edifício,

O edifício deveria organizar-se segundo duas áreas principais. Uma área pública, e outra de acesso restrito.

A, Área Pública

Foyer

Recepção

Café

Livraria e loja da Universidade

Auditório, cerca de 70 lugares

Sala de Consulta

Área para Exposições Temporárias

Área para Exposições Permanentes

(As áreas de exposição não deveriam, no total, exceder $\frac{1}{4}$ da área de depósito do Arquivo)

B, Área de Acesso Restrito

Arquivo, área de depósito (cerca de 1000 m²)

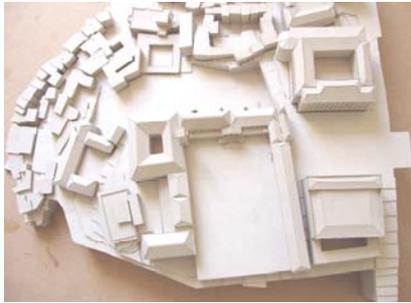
Oficinas e laboratórios

Área administrativa, gabinetes e sala de reuniões

Vestiários, instalações sanitárias de serviço

Acesso restrito de veículos, cargas e descargas

Áreas de apoio às exposições e arrecadações gerais



Calendário

O exercício começou a seguir às férias de natal, depois da época normal de exames do 1º semestre (final de Janeiro), e prolongou-se até ao final do ano lectivo ocupando a totalidade do 2º semestre, e dividia-se em duas fases. Seria feita uma entrega formal, a tinta da china, à escala 1.500, sujeita a classificação, durante a primeira semana de Abril, a seguir às férias da Páscoa e imediatamente antes da viagem de estudo (9 a 13 de Abril). A segunda fase terminava com o final do ano lectivo, com a última apresentação formal, desenhos à escala 1.500 (29 de Junho) e maquete à escala 1.200 (5 de Julho).

Em cada uma das fases foi pedida uma entrega intermédia, informal, que permitisse fazer um ponto de situação sobre o modo com as propostas estavam a ser desenvolvidas (9 de Março na 1ª fase, e 30 de Maio, na 2ª).

Sobre a área de intervenção

A ‘Casa dos Melos’ estava dentro da área de intervenção, e devia ser integrada na solução de cada projecto. Foi mandada construir por Duarte Melo, Mestre Escola da Sé de Coimbra, na segunda metade do séc. XVI, embora já tivessem existido outras construções naquele local, de que existem vestígios. A última teria sido encomendada pelo seu pai Manuel de Melo, no princípio do mesmo século, mas foi também encontrada uma janela gótica coberta com argamassa embebida numa parede, que devia datar do séc. XIII ou princípios do séc. XIV, para além de um capitel jónico de ângulo e outros fragmentos de construções anteriores que foram encontrados misturados na alvenaria.

O edifício passou a ser propriedade da Universidade, não se sabe exactamente quando, mas sabe-se que serviu de residência para funcionários não docentes (capelão, mestre de obras e outros).

Em 1911 encontrava-se em autêntico estado de ruína e foi cedido pela Universidade à Escola de Farmácia, que aí se deveria instalar, embora alguns serviços tenham permanecido no Colégio de S Boaventura e no Paço das Escolas onde já funcionavam.

As obras começaram em 1912 e prolongaram-se até 1915, nessa altura o edifício deve ter sido praticamente construído de novo, uma vez que terá resistido pouco mais do que as paredes exteriores.

As duas galerias, inferior e superior, foram desmanchadas e construídas de novo, foram também demolidos compartimentos interiores para permitir a existência de salas de aula e laboratórios.

A casa confronta, a poente, com a ‘Casa dos Contadores’ da antiga Imprensa da Universidade, e com os terrenos onde a reforma pombalina instalou o Horto Botânico, quando construiu (ou reconstruiu) o grande muro de suporte.

Em 1967 foi elaborado, pela Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, o projecto para a reconstrução da ‘Casa dos Contadores’, que se encontrava em estado de avançada ruína. A obra foi adjudicada em 1968 e prolongou-se até 1973.

Com essa intervenção a Escola de Farmácia duplicava a área que tinha na ‘Casa dos Melos’. E embora a sua instalação nesses edifícios se considerasse provisória, aquela construção ficava destinada a servir de área de expansão para a Faculdade de Letras quando a Escola de Farmácia se instalasse definitivamente noutra edifício.



a arquitectura do Paço das Escolas

Estrutura e desenvolvimento da Aula

Em relação à exposição da aula destacam-se 4 momentos principais.

O primeiro refere-se à construção da fortificação muçulmana (1), quando ali se implantou a Alcáçova, entre a segunda metade do século VIII e a primeira do século IX.

O segundo momento corresponde à primeira metade do séc. XVI (2), inclui a reforma manuelina do Paço Real e a reforma joanina do ensino, que permitiu a transferência definitiva da Universidade para Coimbra e a sua instalação no Paço, obrigando a nova alteração do edifício e à construção dos Gerais.

O terceiro momento atravessa quase todo o século XVIII (3), inclui a construção da biblioteca e da torre, ordenada por D João 5, mas irá deter-se sobretudo na reforma pombalina da Universidade.

Em último lugar (4), trataremos da transformação do Paço das Escolas durante o século XX, sobretudo intervenções superficiais, de restauro ou adaptação, interior e exterior, mas também a demolição de algumas construções do período pombalino e a construção do Auditório da Faculdade de Direito, entre os Gerais e a Biblioteca joanina ao lado da Capela de S Miguel.

Mas independentemente da estrutura formal da aula, há uma outra estrutura informal ou implícita, que se manifesta em três aspectos importantes da sua construção, que a atravessam durante o seu desenvolvimento da sua exposição, e que vale a pena explicar.

Por um lado (1) o facto do Paço das Escolas concentrar uma enorme densidade de património da Universidade de Coimbra e da história da Universidade em Portugal, será considerado como um aspecto que ultrapassa a sua importância estritamente arquitectónica, de edifício, e que no contexto do exercício proposto, adquire um significado particular, por se tratar de um Centro de Documentação que tem como objectivo a criação do espaço físico para organizar, arquivar, e apresentar esse património.

Por outro lado (2), essa mesma concentração de importância histórica no edifício do Paço, acumulada com o tempo, foi-se transformando nouro tipo de importância. A importância simbólica do edifício, que o converteu num ícone, da Universidade, e da cidade.

E o reconhecimento do valor simbólico do edifício, e a sua compreensão não é irrelevante para a criação de outro edifício que lhe deve ficar associado.



(3) Um terceiro aspecto que irá atravessar todo o desenvolvimento da aula, tem a ver com a identidade do Paço da Universidade, e com a sua construção no tempo. Está relacionado com o facto do conjunto se construir num período que dura mais de um milénio, de sofrer intervenções em diferentes épocas, com transformações sucessivas sobre os mesmos edifícios, de não ter propriamente um plano programado de crescimento, portanto ser um conjunto heterogéneo, mas ao mesmo tempo ter unidade e identidade.

Isso pode atribuir-se eventualmente a duas circunstâncias. A primeira (1) é que o Paço das Escolas, ex-Paço Real, e antes Alcáçova, desde muito cedo, talvez desde sempre, parece ter uma espécie de consciência da sua importância simbólica. A segunda circunstância (2), decorre da primeira e explica-se pela cultura dessa importância simbólica, que se manifesta pela permanente protecção desse simbolismo, a vontade de o manter e explorar sucessivamente, nos diferentes papéis que o conjunto foi assumindo.

No domínio da arquitectura essa cultura do simbolismo manifesta-se pela valorização de aspectos adjectivos da composição, acessórios, cenográficos ou de decoração, e não apenas dos seus aspectos substantivos como o programa funcional, a estrutura espacial ou a construção.

Esse fenómeno acontece, de certa forma no período da fortificação muçulmana da Alcáçova, acontece naturalmente durante a reforma da primeira metade do século XVI, até por ser um aspecto determinante na arquitectura manuelina, e acontece também, embora de maneira diferente nas transformações seguintes, depois da ocupação do paço pela Universidade. Nessa altura, porque alternando com intervenções de maior dimensão e, portanto de maior incidência funcional, foram sendo feitas outras com o objectivo de regularizar o conjunto, de lhe repor a unidade e de acrescentar ao edifício representatividade.

É o que acontece com a Porta Férrea (1633, 34), com a Torre da Universidade (1728, 33), com a Via Latina (terceiro quartel do séc. XVIII), aí o propósito da arquitectura é repor ou reforçar a importância simbólica do conjunto.



1

Domínio islâmico e a Alcáçova de Coimbra

Os muçulmanos entraram na Península Ibérica em 711, e apenas 3 anos depois tinham dominado quase a totalidade do seu território, resistiu uma região a norte da Cantábria. No entanto, até ao final desse século, a resistência haveria de recuperar o território a norte do vale do Douro, e haveria de reconquistar a península cerca de 3 ½ séculos depois. As incursões muçulmanas na Península Ibérica resultaram assim na ocupação (controlo político e militar) de uma enorme extensão de território num reduzido intervalo de tempo, e em algumas regiões do norte da península, durante um período também muito curto.

Coimbra foi conquistada aos povos germânicos por Abd Al-Aziz em 714, exactamente na fase de consolidação do avanço muçulmano.

Em 878¹ Afonso III das Atúrias|Leão reconquista a cidade de Coimbra para o controlo político e militar dos cristãos até ao ano de 981², quando volta a cair no domínio muçulmano pelas mãos da ofensiva Al Mansur, e só viria a ser definitivamente reconquistada pelos cristãos em 1064. Foram portanto cerca de 3 ½ séculos de ocupação muçulmana interrompida por cerca de 1 século de intervalo. E em 1116 e 1117, a cidade haveria de resistir ainda a pesadas ofensivas conduzidas pelo chefe almorávida Ali Ben Yusuf.

Quando D Afonso III das Astúrias reconquista a cidade, em 878, cria o condado de Coimbra³, e dá assim o primeiro passo para a manutenção do domínio cristão a sul do Douro, permanecendo ainda o carácter de fronteira da região de Coimbra. A cidade que servia de base às expedições militares muçulmanas para norte, passava agora a servir de retaguarda às expedições cristãs para sul.

Nessa altura D Afonso III designa titular do condado D Hermenegildo Guterres, que era também responsável pelo comando dos grupos de colonos que recrutou no norte da península para 'repovoar' o território reconquistado.

A operação equivalente pelos muçulmanos, correspondeu à deslocação das populações do sul para norte, quando em 981 a pressão Al-Mansur força o recuo cristão.

Ferreira de Almeida⁴ identifica dois grupos de cidades a norte do Tejo, depois da conquista árabe. As cidades moçárabes, Lisboa, Santarém, Idanha e Coimbra, e as cidades mais a norte, as do 'repovoamento'. A localização de Viseu no grupo das cidades mais a norte, explica-se pela existência de um importante eixo territorial, determinado pela geografia e pela rede viária, e definido pelas cidades de Mértola, Santarém e Coimbra, que descreve uma diagonal no território português.

¹ ou 866, na bibliografia consultada são admitidas as duas datas

² ou 987, na bibliografia consultada são admitidas as duas datas

³ nessa altura criou também o Condado de Portucale

⁴ referido por Walter Rossa



O Domínio islâmico de Coimbra

A ocupação islâmica da península tinha resultado num reforço das vias de circulação terrestre introduzidas durante a dominação romana, mas também num considerável acréscimo de importância das circulações por via fluvial e marítima.

Isso resultou num sistema territorial que associava a rede viária terrestre e as baías hidrográficas dos rios principais, onde se implantaram as cidades que viriam a assumir maior importância⁵.

No cruzamento de uma importante via fluvial com uma importante via terrestre, Coimbra absorve e difunde uma enorme diversidade de influências culturais. Situa-se num ponto de transição entre o norte e o sul, e entre o interior e o litoral.

A sul do vale do Tejo era frequente encontrar centros urbanos sob domínio islâmico, onde a sua influência era não só militar e política, mas também cultural. Mas a norte do vale do Tejo isso era mais raro, Coimbra seria mesmo o maior aglomerado urbano muçulmano.

Era um importante centro numa região de fronteira, e tornava-se vulnerável à influência do lado que exercia maior pressão militar.

Até 1064 Coimbra era uma posição avançada da pressão muçulmana, correspondendo à frente norte do território islamizado.

Por outro lado também não se pode falar de uma unidade cultural associada aos povos muçulmanos e ao Islão.

Os povos que invadiram a península formavam uma enorme heterogeneidade étnica e cultural. Eram árabes, berberes, e sírios, entre outros, e havia passado apenas um século desde as revelações do profeta (Maomé) e a constituição das bases do Islão. Parece mais adequado referirmo-nos à sua raiz mediterrânica, sobretudo quando uma percentagem importante dos povos muçulmanos, de origem oriental, tinha também um grande conhecimento da civilização clássica do 'Mundo Antigo'.

De qualquer modo, a estrutura cadastral de Coimbra e a análise tipológica à forma de construir no interior da Almedina⁶ não evidencia sinais muito visíveis da ocupação típica das cidades do sul, que se caracteriza pela criação de um espaço interior do quarteirão em torno de um pátio, e uma separação muito controlada entre esse pátio e o espaço público da rua, também muito controlado pelas suas proporções e traçado.

A ocupação mais comum de que há registo em Coimbra caracteriza-se pela existência de um logradouro individual e muros de separação dos lotes, que habitualmente são também muros de suporte, utilizados para vencer os constantes desníveis próprios de uma geografia muito acidentada. Esta tipologia é muito semelhante à morfologia urbana própria das cidades do norte.

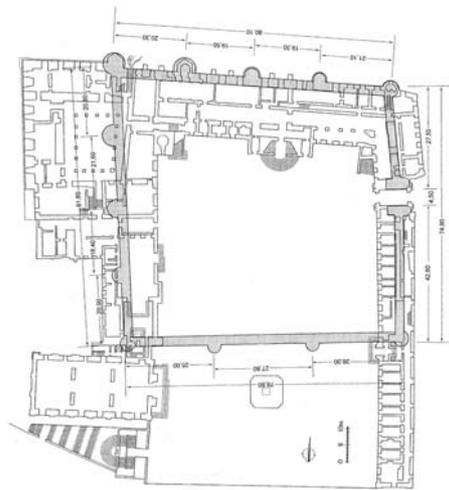
Portanto, o que acontece à evolução da malha urbana de Coimbra, na Almedina⁷ durante esse período, não se pode tanto explicar por uma viragem e completa oposição entre urbanismo cristão e islâmico, até porque a sua análise morfológica não evidencia sinais de uma presença relevante da estrutura urbana típica do sul, mas antes por um certo desinteresse, ou dificuldade, em assegurar a continuidade da matriz regular e racional começada durante o período romano⁸.

⁵ Guadiana com Beja, Mértola, Serpa, Moura + Sado com Alcácer, Évora, Badajoz + Tejo com Lisboa, Santarém + Mondego com Montemor-o-Velho, Coimbra, Soure

⁶ Almedina, cidade muralhada. Arrabalde, cidade exterior à muralha.

⁷ Refira-se que, em relação ao arrabalde a análise e interpretação correspondente é praticamente impossível devido ao sucessivo açoreamento do rio, que resultou na progressiva imersão de vestígios, eventualmente mais esclarecedores.

⁸ Walter Rossa



Hoje parece consensual que a instabilidade na dominação de Coimbra, entre muçulmanos e cristãos, terá impedido o desenvolvimento urbano da cidade com maior continuidade, implicando eventualmente fortes povoações e destruições. Provam-no tanto a natureza bélica daquele período histórico como a ausência de vestígios materiais.

Também é relevante que à data da fundação da nacionalidade (1143⁹) praticamente não existissem em Coimbra, edifícios destinados ao culto cristão anteriores a 1064, e estranhamente também não se conhece a existência de uma única Mesquita. O que parece indiciar que apesar da convivência pacífica entre as autoridades políticas muçulmanas e a hierarquia eclesiástica cristã durante a ocupação, também não é provável que durante esse período se tenham construído Templos cristãos (Igrejas).

O que parece mais provável é que se tenha assistido a uma profunda reforma das estruturas religiosas depois da reconquista definitiva em 1064.

E se relacionarmos essa reforma com a total ausência de vestígios de tempos islâmicos existentes nesse período, parece ser aceitável considerar que muitas igrejas tenham sido construídas no lugar de antigas mesquitas. É o que se admite ter acontecido no caso da Sé Velha, a principal igreja da cidade nessa altura. Terá inicialmente adaptado e ocupado o espaço físico da mesquita e depois, 1140-80, terá dado origem a um edifício construído de raiz. A favor dessa tese está a centralidade geográfica da sua localização associada a um importante eixo comercial da cidade, a facilidade de abastecimento de água a partir do antigo aqueduto romano e a possibilidade de orientação para Meca, embora ligeiramente diferente da orientação que apresenta hoje a Sé.

Não admira portanto, que a Alcáçova, ou Alcácer¹⁰, designado Paço da Alcáçova até ao século XVI, quando D João III o cedeu para instalar a Universidade e passou a ser chamado Paço das Escolas, tenha permanecido como o maior vestígio da presença da cultura islâmica na imagem da cidade.

A Alcáçova de Coimbra

A implantação da fortificação muçulmana, onde se instalou o conjunto palaciano deve situar-se entre a segunda metade do século VIII e a primeira do século IX.

Deve, no entanto ter sido precedida pela existência de uma disposição militar da colina herdada do modo adoptado pelos reis visigodos, que se sabe aqui terem estabelecido capital¹¹. E que terão organizado a defesa da cidade muralhada segundo um eixo Nascente-Poente, definido numa das extremidades pelo Castelo existente na porta do sol (a nascente), e na outra (poente) pelo Palácio, que terá aproveitado a existência naquele lugar de uma vila romana, que se sabe ali ter existido e que se admite ter sido reforçada defensivamente.

Em Coimbra a importância defensiva da Alcáçova terá sido bem menor do que a sua importância palaciana, sobretudo comparando com cidades como Santarém, Lisboa, ou Silves, exactamente devido à excepcional combinação da sua geografia natural com a muralha de construção romana.

⁹ 1139-40, D Afonso Henriques vence os muçulmanos na batalha de Ourique e passa a assumir o título de rei. 1143, Conferência de Zamora, D Afonso Henriques é reconhecido como rei, e coloca o seu reino sob a protecção do Papa.

¹⁰ Alcáçova, recinto fortificado. Alcácer, Palácio Real.

¹¹ e cunhado moeda



Isso pode também explicar a sua dimensão, em Coimbra a Alcáçova não é uma cidadela, a sua dimensão não poderia permitir a instalação de todos os programas e equipamentos urbanos que é comum encontrar nas cidades do Gharb Al-Andaluz¹² associadas ao palácio do governante.

A sua reduzida dimensão como fortificação é uma das razões que leva a supor a existência de um outro perímetro defensivo, menor do que a muralha romana (a totalidade da Medina) mas maior do que a Alcáçova¹³.

Uma outra circunstância que pode reforçar esta tese é o facto da construção da alcáçova ter sido feita durante a dominação Omíada, isto é, o primeiro período de ocupação islâmica da cidade, entre 714 e 866. É admissível que no período seguinte, segunda ocupação, entre 981 e 1064, tenha havido uma intervenção urbanística significativa.

O facto da Alcáçova de Coimbra, acumular a função de 'Castelo' e a de 'Paço', deve ter também contribuído para a sua enorme importância simbólica na imagem da cidade, durante um período de grande instabilidade territorial, explorado pelo poder muçulmano para afirmar a sua presença acima do vale do Tejo.

O edifício muçulmano tinha a configuração de um quadrilátero muralhado, reforçado por cubelos¹⁴, coincidindo a sua parede norte com uma parte da parede actual, a totalidade se excluirmos a parede correspondente ao edifício dos Gerais.

A porta da fortificação seria no mesmo sítio onde se encontra actualmente a Porta Férrea, que ainda apresenta no interior vestígios da antiga porta defensiva, da construção militar muçulmana constituída por dois cubelos.

No interior da fortificação, o edifício residencial encostava-se aos muros norte e poente, que eram também os mais reforçados, com maior número de cubelos. A configuração de toda a face norte no Paço da Universidade é, ainda hoje, determinada pela sequência de torreões-contrafortes, erguidos no período manuelino sobre as fundações dos cubelos existentes na muralha palatina do período muçulmano.

¹² Al-Garb al-Andaluz, o Ocidente de Andaluz, todo o território para Ocidente e Noroeste do Guadiana, correspondendo aproximadamente à Lusitânia romana e visigoda.

¹³ que no caso de ter existido, devia incluir o grande muro de contenção de terras, reconstruído durante a reforma pombalina, e existente na área de intervenção dada para o exercício de Projecto 2

¹⁴ torreões semicilíndricos.



A large block of Latin text, likely a descriptive caption or a list of labels for the architectural drawing. The text is arranged in several lines and is written in a formal, historical script.

SECONDO DA ARTIGIA CENSOBA TIRAZZO SU THEATRO VROBIO PLAGIPIANAM



2

Século 16

A Reforma Manuelina do Paço

Depois da ocupação muçulmana, D Afonso Henriques e os seus sucessores imediatos até ao reinado de D Dinis, ocuparam a Alcáçova e fizeram dela o Paço Real. O primeiro rei deve ter mandado construir a primitiva Capela de S Miguel¹⁵, encostada à parede poente, quando fez de Coimbra a capital do reino.

Com a deslocação do centro de decisão para sul, no reinado de D Dinis, a cidade de Coimbra perde protagonismo político e o Paço Real é progressivamente abandonado, até ao séc. XVI quando D Manuel decide fazer nele uma grande reforma e em 1517 contrata Marcos Pires, mestre da Batalha para dirigir a obra.

Uma parte importante da imagem actual do Paço da Escolas nasce das obras de arquitectura dessa reforma manuelina. A acentuada inclinação dos telhados, sobretudo no corpo central (norte) salientando a grande sala de actos, a forte presença dos cubelos na fachada norte, construídos sobre as fundações dos cubelos da fortificação original, o edifício da capela e a riqueza formal, iconográfica e simbólica, do seu portal virado para o terreiro.

Duma maneira geral, uma série de elementos de arquitectura militar (ameias, coruchéus...) que são uma parte importante da linguagem utilizada no sistema de composição do período manuelino, continuaram a ser utilizados em reformas posteriores do edifício, e ajudaram a preservar e até a reforçar a unidade e o valor simbólico do edifício.

O plano da obra tinha um programa ambicioso, mas haveria de ficar incompleto pela morte de D Manuel em 1521, e do construtor, Marcos Pires em 1522.

Mantendo o perímetro fortificado, o Paço deveria construir-se encostado às 4 paredes existentes, criando um pátio interior à volta do qual se dispunham as dependências reais.

Do lado sul (1), estava prevista a construção de uma quarta ala, com o propósito de definir um espaço de inspiração renascentista, como se encontrava na Europa.

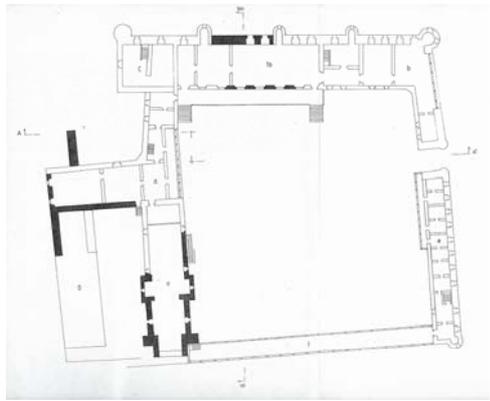
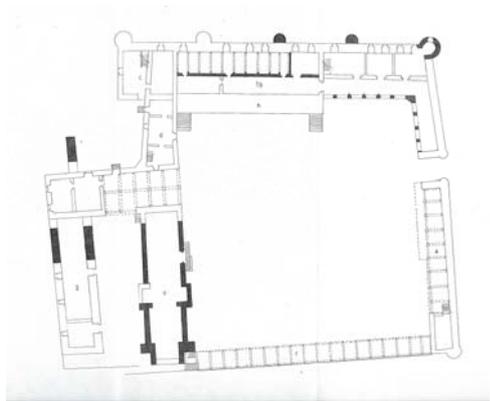
Essa ala nunca chegou a ser feita, e os arcos dessa construção seriam utilizados, mais tarde¹⁶, e aparecem no interior da Casa da Livraria, construída durante a reforma pombalina. Esses arcos existem, ainda hoje, encostados ao edifício do auditório da Faculdade de Direito, construído recentemente (1993-2000).

(2) Do lado Nascente, encostando à antiga muralha foram construídos os aposentos dos Infantes. Num sistema de arcos rebaixados, semelhantes aos que ainda se podem encontrar hoje ao lado da Porta Férrea, contra outros, perpendiculares, a fazer travamento com a parede da muralha, construiu-se o piso térreo, uma espécie de embasamento.

No piso superior seriam os quartos, cinco câmaras com varandas voltadas tanto para o terreiro como para o exterior. É referida a existência nesse corpo de 27 janelas, um cubelo, um eirado no canto. Não há nenhuma indicação sobre a existência de um terceiro piso.

¹⁵ Arcanjo protector de D Afonso Henriques

¹⁶ provavelmente por Diogo de Castilho.



Deste corpo, que estaria implantado onde mais tarde se instalou o colégio de S Pedro¹⁷, não restam grandes vestígios.

Em relação a ele permanece a dúvida se seria interrompido pela porta principal, de entrada no terreiro, actual Porta Férrea, ou se se estendia para além dela até a Ala Norte. Um auto de medição feito em 1522 parece sugerir¹⁸ que os aposentos dos infantes terminariam mesmo na entrada do terreiro e daí para norte seriam já os aposentos do rei.

(3) Do lado Norte, eram então os aposentos do Rei e a grande sala de actos, actualmente Sala dos Capelos.

Para a construção da sala, com um pé-direito interior correspondente a dois pisos, Marcos Pires terá construído um sub-piso, sobre o qual lançaria o madeiramento do soalho. Esse sub-piso consistiria de uma parede longitudinal, não exactamente no eixo médio, travada contra a parede exterior da muralha antiga por arcos ogivais, existentes ainda hoje, e que se podem encontrar na sala ocupada pelo conselho científico da Faculdade de Direito. Para fazer o travamento com a outra parede, do lado do terreiro, deveriam existir arcos semicirculares, alinhados com os ogivais, que completariam o sistema construtivo. Neste piso térreo, é possível encontrar actualmente duas portas manuelinas.

Em frente da sala grande de actos, onde veio a ser construída a via latina, existiria um eirado. Também são conhecidas referências à construção dos cubelos, embora seja sabido que o cubelo maior, existente no canto norte-nascente, pertencia à antiga muralha muçulmana e foi mantido.

(4) Do lado Poente seriam os aposentos da Rainha, entre um torreão que terá existido no extremo ponte da ala Norte do Paço, e a capela de S Miguel. Estes aposentos deveriam ser constituídos por dois corpos (em 'L'), um alinhado com a capela, e o outro perpendicular. Ocupando uma parte do conjunto correspondente a 2 das 4 alas do edifício dos Gerais. O edifício teria 2 pisos, e através do piso superior, onde haveria uma galeria, uma varanda para o terreiro, a Rainha teria acesso directo entre os seus aposentos e o coro alto da capela.

A capela de S Miguel é o único edifício do Paço Manuelino que se encontra de acordo com o traçado original.

As obras da Capela de S Miguel estavam já bastante avançadas quando foram interrompidas pela morte de Marcos Pires. Estavam construídas as paredes e as abóbadas de nervuras das saliências do transepto, estavam também terminadas as portas e janelas, e a sacristia que actualmente já não existe.

No plano inicial, acredita-se¹⁹ que estava prevista a construção de uma abóbada na capela mor. Essa hipótese parece bastante provável se considerarmos a construção de 2 grandes contrafortes cilíndricos, e a espessura das paredes, mesmo o arco cruzeiro ultrapassa 1 m de espessura. Os tectos acabaram, no entanto por se fazer em madeira²⁰, apenas na cobertura dos pequenos braços do transepto foram feitas as abóbadas.

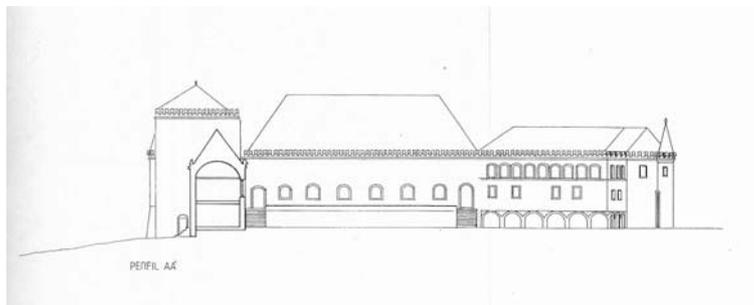
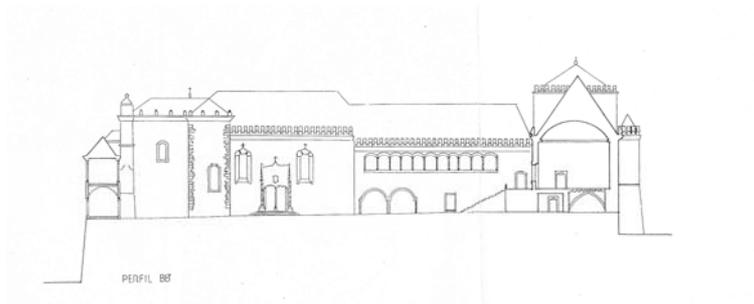
Sendo o estilo manuelino, um desenvolvimento final do gótico em Portugal, a capela de S Miguel manifesta a evolução espacial que o gótico foi sofrendo. Desde as Igrejas de 3 naves, do gótico inicial, até às de apenas 1 nave, como acontece em Santa Cruz de Coimbra, assistimos a uma simplificação de volumes, que inclui a tendência para o desaparecimento do transepto e para a simplificação da cabeceira.

¹⁷ 1574, no reinado de D Sebastião.

¹⁸ Pedro Dias

¹⁹ Vergílio Correia e Nogueira Gonçalves

²⁰ Pero Anes, mestre das obras de carpintaria



No Portal da Capela, sobre o duplo vão da entrada, e entre o remate cónico das espiras laterais que o limitam na vertical, uma composição de inspiração naturalista que prolonga os colonelos da ombreira sobre as portas, envolve 6 símbolos importantes da iconografia nacional daquele período. Em cima (1) as cinco Chagas de Cristo, sobre a Coroa de Espinhos (2) e os Cravos (3), noutra plano da composição (4) a Esfera Armilar, (5) a Cruz de Cristo, e (6) ao centro o Escudo de Portugal

Através dessa grande concentração decorativa²¹, o estilo manuelino manifesta o seu carácter urbano²² e a sua enorme vontade de significar²³, fugindo à abstracção e afastando-se assim da decoração gótica²⁴.

Em 1518 foi feito um 2º contrato com Marcos Pires que se comprometia a concluir as obras em 1520, embora isso não tenha acontecido.

Nesse documento Marcos Pires comprometia-se também a construir uma varanda com vinte arcos nos aposentos da rainha e um corpo de serviços, do lado poente, fora do terreiro, encostado à capela de S Miguel e perpendicular à sacristia (manuelina). Esse corpo teria 2 pisos, ficando no inferior os estábulos dos animais (estrebária, cavalariças, falcoaria), e no piso superior ao nível do terreiro, o alojamento dos funcionários, cozinhas e diversas áreas de serviço.

No mesmo contrato se confirma a intenção de D Manuel construir um 4º corpo, do lado sul do terreiro, com mais de 30 m de comprimento, implantado ao longo do antigo muro defensivo, e que devia ter 3 pisos.

Nos 2 pisos superiores estabelecia-se que seriam construídas no mínimo 4 divisões com cerca de 6 m de largura, todas com janelas para o exterior e interior do terreiro, devia ainda haver uma varanda para o interior.

Esta ala do edifício nunca chegou a ser construída, mas foram encontrados sete arcos que seriam destinados ao piso térreo.

Foram encontrados estendidos no chão do terreiro, na altura da execução de um auto de medição, feito em 1522, depois da morte de Marcos Pires, para avaliar a evolução da obra e o cumprimento do contrato. Os arcos eram semi circulares, assentes sobre pilares de secção quadrada chanfrados nas arestas, e acabaram por ser utilizados na área de serviço, provavelmente por Diogo de Castilho, atrás da Capela onde viria a ser mais tarde a sala de leitura da biblioteca²⁵, construída na reforma pombalina.

Quando D João III assumiu o trono, em 1521, confrontou-se com uma série de obras em curso, iniciadas por ordem régia de seu pai, D Manuel, num período de grande entusiasmo (artístico) mas que agora se revelavam incomportáveis para as suas possibilidades e que, portanto deveriam ser concluídas sumariamente.

Em 1524, D João III contrata Diogo de Castilho (irmão de João de Castilho) para terminar a obra, rapidamente e sem grandes despesas concluindo apenas aquilo que já não se podia deixar por acabar.

²¹ associada aos vãos

²² dupla escala do Portal da capela voltado para o terreiro, como acontece com o Portal do Convento de Cristo em Tomar

²³ como acontece com os laços do forte de Évoramonte, que amarram as 4 torres

²⁴ mesmo do gótico flamejante

²⁵ ou Casa da Livraria



Nomeado, Mestre das obras do Paço de Coimbra, Diogo de Castilho ficou responsável pela execução de um portal virado para a Sé, vidraças na capela e nos aposentos do rei, portais, chaminés, divisórias, uma escada²⁶, e uma varanda nos aposentos da rainha.

A Diogo de Castilho é atribuído o coroamento renascentista da capela mor e do transepto, com ameias bastante diferentes das que Marcos Pires tinha utilizado. Mas em 1544 a capela estava ainda por terminar, tendo sido entregue a Jerónimo Afonso que a acabou.

A partir de 1535 (documento de 6 de Abril) são escassa as informações que permitam concluir qual o volume das obras realizadas.

1537, transferência da Universidade para Coimbra, instalada apenas parcialmente no Paço das Escolas.

1544, instalação definitiva no Paço de todas as Faculdades.

1574, transferência do Colégio de S Pedro por doação de D Sebastião, da rua da Sofia onde estava instalado desde 1540, para a Ala dos antigos aposentos dos infantes no Paço das Escolas. Nessa altura o Colégio é elevado a 'Sacro, Pontifício e Real Colégio de S Pedro'.

²⁶ escada em madeira, feita por Pero Anes.



D João III, a Reforma do Ensino, e a transferência definitiva da Universidade para Coimbra

O 'Estudo Geral' tinha sido criado por D Dinis, em 1290, em Lisboa, para reagir ao défice de qualidade do ensino em Portugal, que era também bastante inferior em quantidade, comparando com o que se praticava no resto da Europa. Nessa altura a responsabilidade do ensino e da cultura era uma atribuição exclusiva dos mosteiros e das Sés Catedrais, como era o caso dos conventos de Alcobaça e de Santa Cruz, em Coimbra.

Em 1308, os Estudos Gerais são transferidos para Coimbra, por ordem do próprio D Dinis, ficando instalados num edifício junto ao Paço Real, onde mais tarde se construiu o Colégio de S Paulo, e onde actualmente se encontra a Biblioteca Geral.

Em 1338 regressa a Lisboa, no reinado de D Afonso 4, para voltar a Coimbra em 1354.

Em 1377, transfere-se novamente para Lisboa, no reinado de D Fernando.

Quando D João III sobe ao trono, em 1521, uma das medidas tomadas com o objectivo de modernizar o país e fazer uma reforma cultural, consistiu na atribuição de bolsas, investindo na formação de estudantes portugueses no estrangeiro (Colégio de Santa Bárbara, em Paris), tal como já acontecia no reinado de D Manuel.

Naquela altura a universidade, em Lisboa, estava desacreditada curricular, pedagógica e disciplinarmente, e o rei sabia que era urgente reformar profundamente o sistema de ensino público.

O modelo que D João III pretendia implementar com para modernizar o ensino correspondia ao espírito de reforma nacional, e baseava-se no princípio da separação entre um ensino preparatório, leccionado em Colégios e constituído por disciplinas base (humanidades, Artes e Filosofia), e outro de tipo superior, leccionado na universidade, onde se ministravam as disciplinas maiores.

A transformação impulsionada por D João 3 adequava-se ao seu propósito modernizador de criar uma Universidade nova, de acordo com o novo espírito renascentista, e de acordo com o que já acontecia na Europa (Paris, Oxford, Salamanca) e que representava o abandono do velho modelo, que concentrava o ensino de todos os ciclos de estudo numa escola única.

Em consequência de uma peste que se espalhou pelo sul do país, atingindo Lisboa, D João III permaneceu em Coimbra durante um longo período do ano de 1527. Nessa altura o rei pôde observar a degradação a que tinha chegado o Mosteiro de Santa Cruz e a indisciplina dos cónegos regrantes²⁷, e decidiu reformar o Mosteiro. Obteve a necessária autorização papal e em 8 de Outubro de 1527, emitiu um alvará, onde nomeava reformador do Mosteiro, Frei Brás de Braga²⁸, da Ordem de S Jerónimo.

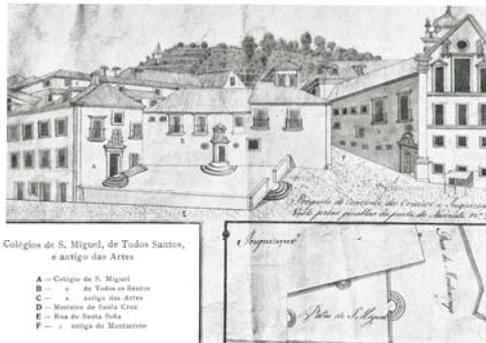
Frei Brás de Braga, tinha sido bolseiro, ainda durante o reinado de D Manuel, inicialmente em Paris e depois em Lovaina, onde se graduou, e tinha regressado a Portugal em 1525.

Mas uma reforma tão profunda como era necessário fazer no Mosteiro de Santa Cruz, exigia também a adequada execução de obras de arquitectura, que permitissem por em prática as medidas necessárias.

O reformador do Mosteiro tinha então autoridade sobre as obras e a gestão financeira, apenas devia prestar contas ao poder régio, que entretanto decidiu que, para além dos estudos ministrados no Mosteiro, se criassem outros destinados ao ensino preparatório.

²⁷ cónegos regrantes, regulares ou de Santo Agostinho

²⁸ ou Frei Brás de Barros



Na sequência dessa reforma do Mosteiro de Santa Cruz, e de significativas alterações arquitectónicas nas dependências conventuais, Frei Brás de Braga criou 4 Colégios, 2 dentro do Mosteiro e 2 fora.

Dentro do Mosteiro foi construído o Colégio de S João Baptista, do lado esquerdo da igreja, e o Colégio de Santo Agostinho, à direita da Igreja. Estes colégios eram constituídos apenas por salas de aula onde se ministravam os estudos menores, preparatórios dos estudos superiores. Fora do Mosteiro, o Colégio de S Miguel e o Colégio de todos os Santos, com instalações que se destinavam tanto ao funcionamento das aulas como ao alojamento dos estudantes. O primeiro destinado a colegiais nobres e o outro para colegiais de menores recursos económicos. Os cursos ministrados nos Colégios do Mosteiro iniciaram em 1534, 1535, e só depois disso começaram as obras dos outros 2 Colégios, que foram encomendados ao Arquitecto Diogo de Castilho.

A transferência definitiva da Universidade para Coimbra acontece em 1537, associada à reforma de Santa Cruz, e inicialmente com grandes dificuldades tanto devido à falta de corpo docente e à própria reforma curricular, como em relação à instalação de uma instituição que não tinha edifícios próprios. Foi necessário recorrer à casa do primeiro reitor D Garcia de Almeida e aos Colégios de Santa Cruz para alojar os estudantes e instalar as aulas.

Isso também criou algumas dificuldades, porque havia um problema de sobreposição de autoridades no mesmo espaço físico, entre o reitor da Universidade e o prior de Santa Cruz. Por outro lado misturavam-se também o ensino dos cursos preparatórios e dos cursos superiores que se pretendia distinguir.

Em 24 de Setembro de 1537 D João III emprestou o Paço Real para aí instalarem os curso que se liam em casa do reitor. A mudança fez-se em Outubro, e os cursos leccionados nos colégios de Santa Cruz²⁹ passaram também para o Paço Real em finais de 1544, nessa altura foram feitas obras de adaptação.

Os Colégios Universitários

A instalação definitiva da Universidade deu um impulso acrescido a um processo já em curso, a que a cidade estava a assistir, em consequência de uma série de obras régias e camarárias, iniciadas no reinado de D Manuel.

A partir da instalação das faculdades nos Paços Reais e da revogação dos estatutos da Universidade, em 1544, todas as ordens religiosas e congregações masculinas construíram Colégios universitários em Coimbra, 14 foram criados até ao fim do reinado de D João III, e até final do séc. XVIII foram criados mais 9. Implantados na cidade de acordo com duas localizações possíveis, (1) na alta, junto ao Paço das Escolas³⁰ provocando o alargamento e alinhamento das ruas e a construção e remodelação de muitos edifícios, ou (2) ao longo da recém construída rua da Sofia³¹, planeada no âmbito da importante reforma urbanística, de Frei Brás de Braga depois de 1527³².

²⁹ incluindo o ensino preparatório e a faculdade de Artes, mantendo-se no Mosteiro apenas o ensino relativo aos crúzios.

³⁰ Colégio dos Grilos, Colégio de Santo António da Pedreira, Colégio da Trindade, Colégio Real de S Pedro, Colégio de S Paulo Eremita, Colégio dos Lóios, Colégio de Jesus, Colégio dos Militares, Colégio de S Jerónimo, Colégio das Artes, Colégio da S Bento.

³¹ Colégio de Todos os Santos, Colégio de S Miguel, Colégio da Artes (antigo), Colégio de S Bernardo, Colégio do Carmo, Colégio da Graça, Colégio de S Pedro, Colégio de S Tomás, Colégio de S Boaventura.

³² Rua da Sofia, largo de Sanção...



Entre o ano de 1527 e 1570 a população de Coimbra praticamente duplicou, passando de cerca de 5 000 a 6 000 habitantes para cerca de 10 000 a 12 000³³.

O Colégio das Artes

Resolvida a dificuldade de instalar a Universidade o rei decide criar um Colégio dirigido ao ensino das Artes e à preparação para o estudo das restantes faculdades, como acontecia no Colégio de Santa Bárbara em Paris.

O Colégio das Artes foi criado em 1547. D João III convida para seu principal André de Gouveia, e o Colégio começa a funcionar em 1548, instalado provisoriamente nos colégios de S Miguel e de Todos os Santos, então desocupados pela transferência das aulas para o Paço Real. No mesmo ano em que começaram as aulas (1548), começou a construção de um edifício destinado ao Colégio das Artes, junto aos Colégios de São Miguel e de Todos os Santos, onde estava provisoriamente instalado. A obra foi entregue a Diogo de Castilho, que o construiu provavelmente a partir de um desenho de João de Ruão.

Ainda no mesmo ano de 1548 morre André de Gouveia, abrindo uma crise de sucessão na direcção do Colégio.

A sucessão foi disputada por duas facções. Uma constituída pelos mestres que tinham vindo de Bordéus com André de Gouveia, como George Buchanan, Diogo de Teive e João da Costa³⁴, que defendiam um ensino à luz do pensamento de Erasmo.

E outra constituída pelos mestres que vinham de Paris e que defendiam seguir a orientação saída da primeira fase do Concílio de Trento³⁵.

Saem derrotados os primeiros, perseguidos e presos pela Inquisição a partir de 1550.

Em 1555, D João III entrega o Colégio das Artes à Companhia de Jesus, que o abandona em 1565, por ordem do Cardeal D Henrique³⁶, que aí decide instalar a Inquisição³⁷.

Nessa altura os Jesuítas transferem-se para umas casas na alta, e em 1568 começam a construir um edifício destinado a instalar o Real Colégio das Artes, junto ao Colégio de Jesus em construção desde 1547.

A construção do novo Colégio das Artes desenvolveu-se simultaneamente com a do Colégio de Jesus. No ano de 1572 já estava acabada a grande sala de actos e outra mais pequena, mas em 1573 a obra pára por falta de dinheiro.

A construção só é retomada em 1611, com o financiamento da universidade como reclamavam os Jesuítas. Em 1616, começam as aulas no edifício novo, embora a obra não estivesse ainda concluída.

Em 1759 (Janeiro), no reinado de D José, o Marquês de Pombal publica a sentença de expulsão dos Jesuítas do território português. O Colégio de Jesus seria desocupado e o Colégio das Artes ficaria sem professores. É então ordenada em 1760, em carta régia, a separação dos dois edifícios e destruída a ligação que os unia. Em 1772 chega a Coimbra o Marquês para reformar a Universidade.

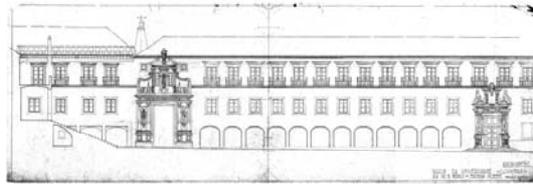
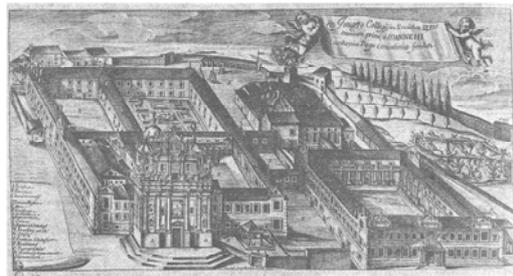
³³ n.º que só na segunda metade do séc. 19 foi definitivamente ultrapassado, 12 727 em 1864, 13 369 em 1878, e 20 581 em 1911

³⁴ que chegou a ser principal do colégio em 1549, substituindo Diogo de Gouveia, o Moço, mestre parisiense, primo de André de Gouveia.

³⁵ Concílio de Trento, primeira fase 1545

³⁶ irmão de D João III e regente do reino na altura.

³⁷ que ocupa também os antigos colégios de S Miguel e de Todos os Santos



O Colégio de Jesus

A companhia de Jesus é fundada em Paris, em 1539, por um grupo de estudantes universitários, liderados por (Santo) Inácio de Loyola e nos quais se incluía Simão Rodrigues (português), e (São) Francisco Xavier, missionário na Índia.

No espírito fundador da Companhia de Jesus estava o sentido de missão. A divulgação da doutrina cristã, independente dos interesses particulares dos estados-nação, e a evangelização dos novos mundos que se estavam a descobrir. E aparece como uma resposta à crise provocada pelos protestos protagonizados por Lutero (protestantismo).

Sabendo dos propósitos missionários dos Jesuítas, D João III convida-os para vir a Portugal. Em 1540 chegam a Portugal Francisco Xavier e Simão Rodrigues. O primeiro parte para a Índia, e Simão Rodrigues funda em 1542 o Colégio de Jesus com o objectivo de preparar os missionários para o Oriente, instalado provisoriamente numas casas da Couraça dos Apóstolos. A construção do Colégio, inicialmente chamado das onze mil virgens, começa em 1547.

O Colégio de S Pedro

O Colégio foi fundado em 1540 por D Rodrigo de Carvalho (que viria a ser Bispo de Miranda) e só nessa altura se começa a construir o seu primeiro edifício no extremo norte da rua da Sofia. O Colégio teve duas fases, na primeira era um Colégio-Menor, e estava instalado no edifício do Colégio de S Pedro dos Borrás, na rua da Sofia.

Em 1574, foi transferido por D Sebastião para o Paço das Escolas ocupando o antigo edifício dos aposentos dos infantes do Paço manuelino, nessa altura passou a Colégio-Maior, embora só viesse a ter os estatutos, correspondentes a essa elevação de categoria³⁸, em 1599.

O aspecto exterior do edifício foi entretanto completamente alterado. Ainda no século XIX foi transformada a fachada poente (para o terreiro), e já no séc. XX os Monumentos Nacionais transformaram a fachada nascente, virada para a antiga rua de Entre-Colégios, que era irregular³⁹. Foi nessa altura que se descobriram os vestígios da fortificação do muçulmana e dos aposentos dos Infantes da reforma manuelina.

Também se descobriu que o edifício apresentava duas costuras verticais, indiciando que teria havido dois acrescentos para sul, acompanhando o crescimento do conjunto, uma sensivelmente na alinhada com o portal actual e outra mais à frente.

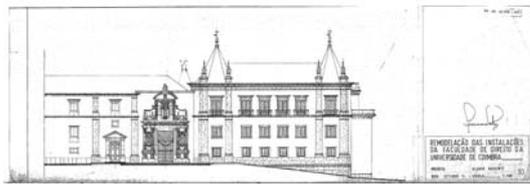
O portal do Colégio de S Pedro voltado para o terreiro, foi construído em 1713, mas inicialmente ocupava o lugar da porta que existe hoje à esquerda da Porta Férrea, do lado de fora do Paço, servia de entrada do Colégio e da capela primitiva.

Não se conhece com segurança a posição que teria a Capela, mas sabe-se que ficava contígua à Porta Férrea, juntamente com a sacristia. E pelos vestígios do torreão encontrados admite-se que a sua colocação fosse longitudinal em relação ao edifício.

O Colégio foi extinto em 1834 com as ordens religiosas e o edifício foi entregue à Universidade em 1836.

³⁸ passando então a designar-se, Sacro Pontifício e Real Colégio de S Pedro

³⁹ “deram-lhe um arranjo... dentro do carácter antigo”, inventário artístico



2 ½

O Paço das Escolas entre D João III, e D João V

A morte de D João III em 1557, provoca uma complicada crise de sucessão no reino, que haveria de incluir um longo período de perda da independência nacional e uma guerra de restauração dessa independência, que no total duraria mais de um século.

D João III (1502, 1557)

(D Catarina, esposa de D João III, tutora do neto de ambos D Sebastião, regente do reino entre 1557 e 1562)

(D Henrique, irmão de D João III, Cardeal, regente do reino entre 1562 e 1568, até que D Sebastião completasse 14 anos)

D Sebastião (1554, 1578), o Desejado, neto de D João.III

3ª Dinastia

D Filipe I (1527, 1598), D Filipe II de Castela, sobrinho de D João III, aclamado rei pelas cortes de Tomar em 16 de Abril de 1581

D Filipe II (1578, 1621), sobrinho-neto de D João III

Filipe III (1605, 1665)

Deposto em 1640

4ª Dinastia

D João IV (1604, 1656), 8º Duque de Bragança

D Afonso VI (1643, 1683), aclamado rei com apenas 13 anos, 15 de Novembro de 1656

D Pedro II (1648, 1706), regente desde 1668, até à morte do irmão D Afonso VI, em 1683. Foi no reinado de D Pedro II, em 1698, que se descobriram no Brasil as minas de ouro e de diamantes (Minas Gerais, Ouro Preto, Ourobueno, etc.) que fariam do rei de Portugal um dos mais ricos da Europa.

D João V (1689, 1750)

Período filipino

O Paço só viria a ser propriedade da Universidade em 1597, quando lhe foi vendido por D Filipe II (I de Portugal).

A obra da Porta Férrea foi contratada em 1633 (Filipe IV, III de Portugal), fez-se no reitorado de D Álvaro da Costa, no mesmo sítio da antiga porta, nessa altura foram destruídos os 2 cubelos existentes na entrada da fortificação árabe.



A obra começou em Dezembro de 1633 e deve ter terminado em finais do ano seguinte (1634). O desenho do portal é da autoria de António Tavares, que era na altura mestre das obras da cidade e em 1642 haveria de ser também mestre das obras da Universidade.

A passagem é coberta por uma abóbada de berço, e monumentalizada nos extremos por dois portais, semelhantes em ambas as faces, constam da sua composição esculturas de figuras femininas, alegóricas das 4 Faculdades, Teologia e Cânones (numa face) e Medicina e Leis (na outra). Sobre o entablamento um nicho com uma escultura de figura real em cada face, D Dinis⁴⁰ e D João III⁴¹, no remate superior da composição um frontão interrompido onde aparece a figura feminina da Universidade⁴².

A construção de uma Porta com estas características pode ser interpretada como uma evolução da arquitectura efémera das ‘joyeuses entrées’, arcos triunfais construídos para assinalar a visita dos reis a grandes cidades, como aquele que celebrava a entrada de Filipe III (II de Portugal) em Lisboa, em 1619, incluída no circuito que ligava Antuérpia, Madrid, e claro Lisboa⁴³.

D João IV

A Sala Grande dos Actos, tomou o actual⁴⁴ aspecto, Sala dos Capelos, durante o reitorado de Manuel Saldanha (1639-59). As obras decorreram entre 1654 e 1656, e foram entregues a António Tavares, mestre das obras da Universidade, que já tinha sido responsável pelo desenho da Porta Férrea.

Manuel Saldanha reformou a sala porque estava muito danificada e ameaçava ruir. Fez-se a bancada alta dos doutorais, o lambril de azulejos, também são dessa altura os retratos dos reis⁴⁵ intercalados com as janelas, e o tecto em messeira pintado por Jacinto Pereira da Costa⁴⁶, datado de 1655.

D Pedro 2

Durante o reitorado de D Nuno da Silva Teles (1694-1702), na passagem do séc. XVII para o XVIII assistiu-se a uma grande reforma dos edifícios do Paço das Escolas.

Do lado norte da Porta Férrea, acrescenta-se um volume novo ao corpo da (actual) reitoria, construindo 2 coruchéus nas extremidades do telhado.

As obras dos Gerais começaram em 1696, e terminaram com o reitorado de D Nuno da Silva Teles em 1702. São dessa altura as esculturas de Laprade, as figura emblemáticas das Faculdades (1700), (que forma levadas para o Museu Machado de Castro), o pórtico que faz a ligação com a Via Latina, e as ‘sobre-portas’ (1701-02).

Também é admissível que Nuno da Silva Teles tivesse mandado construir paredes novas, encostadas às exteriores dos gerais na parte inferior (norte e poente) para reforçar as existentes, e nessa altura regularizasse as aberturas.

⁴⁰ fundador da Universidade

⁴¹ responsável pela sua transferência definitiva para Coimbra

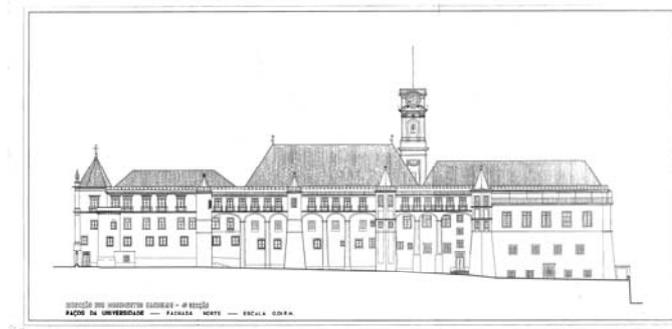
⁴² ou Sapiência

⁴³ v ‘A Porta Férrea ou a Joyeuse Entrée’, Carlos Ruão, revista Monumentos nº 8.

⁴⁴ a tijoleira no pavimento e o damasco das paredes são obra do séc. XX

⁴⁵ Carlos Falch pinta uma série de retratos reais até D João IV

⁴⁶ pintor do Porto



Na fachada norte mantém-se os 5 cubelos, embora aquele que conservava mais da construção árabe original, o primeiro, tenha sido reduzido na altura com a construção de um terraço durante a referida reforma. Os 2 seguintes conservam ainda a forma cilíndrica e as terminações manuelinas (embora o terceiro seja praticamente cónico), os outros 2 são de secção pentagonal. O último foi integralmente reformado com as obras do final do século XVII, no cimo existe uma escada interior que faz a ligação entre os Gerais e a Sala do Exame Privado.

A Sala do Exame Privado fica na parte de cima dos Gerais, do lado norte.

O aspecto que a sala apresenta hoje também é o resultado das obras de 1701-02, os retratos dos reitores anteriores a 1701 são da autoria de António Simões, de Coimbra⁴⁷.

Foram ainda construídos contrafortes (pegões), entre o 2º e o 5º cubelo onde descarregam os arcos abatidos que suportam a galeria que permite a comunicação interior que liga a reitoria, as tribunas da Sala dos Capelos e a Casa do Exame Privado.

O espaçamento desigual dos Pegões explica-se pelo alinhamento das janelas existentes.

⁴⁷ Manuel Saldanha (1639-59) já tinha mandado fazer o retrato de todos os reitores, embora não se saiba se algum foi aproveitado.



3

Século 18, a transformação setecentista do Paço

Na primeira metade do século XVIII, no reinado de D João V construiu-se a Biblioteca e a Torre, na segunda metade, com o Bispo-Conde D Francico de Lemos como reitor, construiu-se a Via Latina e a Casa da Livraria, fizeram-se grandes arranjos nos interiores e o Observatório Astronómico, no limite sul do Pátio.

D João 5

A Biblioteca da Universidade de Coimbra não foi, uma experiência isolada no reinado de D João V, seriam construídas mais duas⁴⁸ com cerca de 30 000 volumes, para além do grande impulso dado à biblioteca real, que D João V tinha herdado em estado de considerável abandono.

Mas, a importância dada às bibliotecas é apenas um dos sinais que revelava a vontade de D João V operar uma profunda reforma cultural no país.

No caso da Universidade de Coimbra, a renovação bibliográfica não encobria o objectivo maior de acelerar a revisão dos seus fundamentos científicos e pedagógicos.

Em 1730, D João V contacta Jacob de Castro Sarmento, médico português, judeu, exilado em Londres, e consulta-o sobre a remodelação do ensino da medicina, pensando numa profunda reforma curricular.

O rei deu autorização para a obra da Biblioteca da Universidade numa provisão de 31 de Outubro de 1716, a colocação da primeira pedra é feita pelo reitor Nuno da Silva Teles (segundo reitor com esse nome) em 17 de Julho de 1717.

A mesma provisão determinava também a sua localização exacta no Paço das Escolas, para além da antiga linha do terreiro, no declive do morro, e registava a intenção de comprar o espólio bibliográfico do Dr Francisco Barreto.

Não se sabe exactamente quem terá desenhado o edifício, mas a execução dos trabalhos de arquitectura ficou concluída em 1725⁴⁹ sob a direcção de Gaspar Ferreira, construtor e mestre das obras universitárias. Os trabalhos de decoração ficariam concluídos em 1728.

As alegorias pintadas nos tetos das três salas, figuram sucessivamente a Universidade recebendo o seu saber das 4 partes do mundo, o espelho da sabedoria e o espelho do conhecimento. Nos arcos de ligação entre as salas, sob a coroa real, aparecem as insígnias das faculdades.

A Torre, foi começada a 17 de Abril de 1728 e só ficaria concluída em Julho de 1733. O projecto foi desenhado em Lisboa de acordo com a nova orientação artística do século. E terá sido construída no mesmo sítio onde já existia outra, anterior⁵⁰.

⁴⁸ associadas aos palácios-convento de Mafra e das Necessidades

⁴⁹ no reitorado de Francisco Carneiro Figueiroa (1722-44)

⁵⁰ segundo alguma bibliografia consultada essa torre anterior aparece numa gravura de Baldi, do início da segunda metade do século XVII.



O sino do lado nascente é o maior, era conhecido por balão devido ao seu formato, e tem inscrito o ano de 1561 (indiciando também a existência anterior de uma torre).

Sino sul, 1741

Sino poente, cabra, 1741

Sino norte, cabrão, 1824

As Escadas de Minerva (1724) devem ter sofrido diversas alterações, admite-se que no reitorado de D Jerónimo de Meneses (1570-78)⁵¹ o terreiro tivesse sido acrescentado, fazendo paredes e gradeamento. É natural que nessa altura se tenha construído uma escada, uma vez que o empreiteiro Isidro Manuel se compromete, no mesmo contrato da Porta Férrea (1633), a dar melhor colocação à escada e “porta travessa”.

Numa provisão de 9 de Outubro de 1691, D Pedro II autoriza que se faça uma nova escada. De facto, na parte posterior da padieira da porta está gravada a data 1692.

Mas a construção da Biblioteca deve ainda ter obrigado a uma nova remodelação, uma vez que no plinto da escultura da Universidade aparece registado o ano de 1724. Deve ser essa a data da última intervenção, ficando as Escadas de Minerva tal como se encontram, actualmente

A Reforma Pombalina da Universidade

Em 1759, a expulsão dos jesuítas deixa o ensino numa situação complicada.

O alvará de 28 de Julho de 1759 é a primeira medida tomada no sentido de recuperar o ensino do país. O alvará destinava-se a reabrir, em moldes modernos, as aulas dos estudos secundários leccionados nas Escolas Menores. A frequência dos cursos das Escolas Menores era obrigatória para ter acesso ao ensino universitário.

A reforma relativa ao ensino superior, foi sendo preparada durante a década de 60, envolvida em algum secretismo.

Em 1770 seria criada a Junta de Providência Literária, com o objectivo de avaliar a decadência a que tinha chegado o ensino universitário e procurar uma saída para a crise, criando novos cursos e métodos para o ensino dos novos estudos.

A reforma pombalina distribuiu a Universidade de Coimbra em 6 Faculdades, Teologia, Cânones, Leis, Medicina, que já existiam, e criou as Faculdades de Matemática e Filosofia.

Em Agosto de 1772, são aprovados os novos estatutos da Universidade de Coimbra. A 22 de Setembro do mesmo ano, chega a Coimbra Sebastião José de Carvalho e Melo⁵² para os apresentar.

O Marquês permaneceria ainda em Coimbra até 24 de Outubro para observar tanto a sua aplicação como o arranque das obras programadas para a instalação dos novos programas.

O resultado mais importante da reforma foi a modernização do ensino.

A reestruturação da faculdade de Medicina, por exemplo, permitiu a passagem de um ensino exclusivamente teórico para a inclusão de métodos de observação e experimentação.

Foi criado o Teatro Anatómico, o Dispensário Farmacêutico e o Hospital Escolar.

Foi criada a Faculdade de Matemática, e para ela o Observatório Astronómico e a Faculdade de Filosofia, que incluía a Física Experimental, a Química e a História Natural, e que viria a incluir também o ensino das Artes. Para a Faculdade de Filosofia foram construídos os gabinetes de História Natural e de Física Experimental, o Laboratório Químico e o Jardim Botânico.

⁵¹ no reinado de D Sebastião

⁵² elevado a Marquês de Pombal pelo rei D José, em 16 de Outubro de 1769.



No edifício do antigo Colégio de Jesus, entretanto desocupado, ficaram instaladas a Faculdade de Filosofia e as novas dependências da Faculdade de Medicina.

O edifício anexo, onde estavam instaladas as cozinhas e refeitório do Colégio, foi parcialmente demolido para construir o Laboratório Químico no seu lugar.

Numa carta de 11 de Outubro de 1772, D José autoriza o Marquês a dar um destino a todo o edifício do antigo Colégio de Jesus. 3 dias depois (14 de Outubro), o Marquês entrega ao cabido a antiga igreja colegial, que passa a Sé Nova, e também algumas dependências anexas, a sacristia, o claustro, e a frontaria sul.

Em 16 de Outubro, o Marquês destina que nas restantes áreas do edifício sejam incorporados o Dispensário Farmacêutico, o Laboratório Químico, a sala das operações cirúrgicas, a convalescença dos enfermos, os Gabinetes da História Natural e os Gabinetes da Física Experimental.

Inicialmente a sua instalação terá sido feita sem recorrer a alterações no edifício, de acordo com os levantamentos efectuados na altura. Mas, posteriormente percebeu-se que os novos programas dificilmente se adaptariam à excessiva compartimentação do antigo colégio e foi necessário planear a sua transformação.

Os projectos definitivos dessas alterações ficariam acabados até ao final desse ano (1772), exceptuando o Laboratório Químico.

As obras seriam executadas com extrema rapidez. Em 30 de Julho de 1773 estava pronto o Gabinete de Física Experimental, o Hospital Público ficaria concluído em 1775, e no final desse ano (75) a maior parte das obras do plano estaria acabada.

As obras necessárias, sobretudo à reforma da Faculdade de Medicina e à criação das Faculdades de Filosofia e Matemática, foram entregues ao engenheiro militar inglês Guilherme Elsdon, nomeado director das obras da Universidade.

O Colégio das Artes começou a funcionar, nos colégios crúzios de S Miguel e de Todos os Santos em 1548.

Em 1555, foi entregue à Companhia de Jesus que o transferiu para umas casas perto do seu colégio (de Jesus) em 1556.

Em 1568 começou a construção do edifício definitivo.

Em 1759 os jesuítas são expulsos do país, nessa altura foi remodelado o ensino, secundário e superior (reforma pombalina).

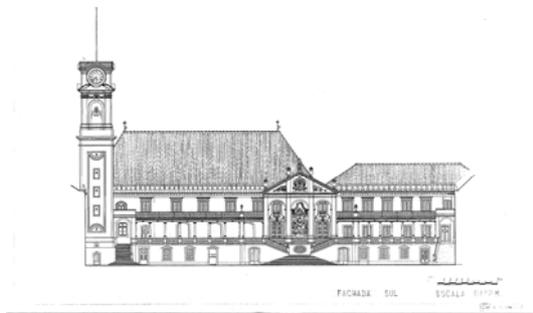
Entre 1832 e 1834 voltaram alguns jesuítas para tomar conta do colégio.

Em 1834 são extintas as ordens religiosas, e em 1836, por decreto de renovação do ensino secundário o colégio foi ocupado pelo 'Liceu de Coimbra'.

Em 1853, o Hospital Universitário da Conceição ocupou o andar superior do edifício, enquanto no andar inferior continuava instalado o liceu.

Em 1870, com a transferência do liceu para novas instalações, o edifício fica na posse dos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Depois da expulsão dos jesuítas, e do alvará de 28 de Julho de 1759, houve alguma dificuldade em relação à constituição do corpo docente e alguma negligência do Estado em relação ao ensino nas Escolas Menores (ensino preparatório), que faria com que a situação se agravasse nos anos seguintes, e o Colégio das Artes só reabrisse depois de 1778, apesar de ter sido entregue à Universidade em 1772. Nessa altura passou a chamar-se Real Colégio dos Nobres das Províncias, mas manteve também a designação de Real Colégio das Artes.



A transformação do edifício resultante da reforma pombalina não foi muito profunda, praticamente resumiu-se à construção de 2 novos lanços de escadas e uma área de serviço de cozinha e refeitório.

Um dos lanços de escada associado à entrada principal do edifício, que ainda hoje existe e em utilização, o outro associado à construção da nova área de refeitório, que fazia a ligação com o piso superior onde se encontravam as celas.

A construção da área de cozinha e refeitório foi necessária uma vez que a área correspondente anteriormente utilizada pelos jesuítas era exterior ao edifício e tinha sido transformada com a construção do Laboratório Químico.

As obras devem ter sido posteriores a 1778, quando foi decidido repor em funcionamento o Colégio, e devem ter sido entregues ao empreiteiro Macomboia.

O Observatório Astronómico, destinava-se à Faculdade de Matemática e era um das obras a construir de raiz, para além do Jardim Botânico⁵³, da Imprensa, da Casa da Livraria, e da Via Latina.

O lugar escolhido inicialmente foi o ‘Castelo’, junto à antiga porta do sol, pensando que se poderia aproveitar a existência de duas torres para instalar o observatório. Aquela localização tinha sido escolhida pelo próprio Marquês numa ‘provisão’ de 16 de Outubro de 1772, e o edifício ainda começou a ser construído de acordo com um projecto de Elsdén que previa a demolição de uma das torres do castelo e o aproveitamento da outra.

A demolição do Castelo e preparação do terreno começou em Abril de 1773, e em princípios de 1774 estava em construção o primeiro piso, que acabou por ser o único levantado. O projecto do Observatório era bastante ambicioso e a sua construção acabou por ser abandonada e construído um outro bastante menor, no Paço das Escolas, obra entregue a Manuel Alves Macomboia e acabada em 1791.

De qualquer modo foram ambos demolidos na década de 40 do século XX, com a intervenção do Estado Novo.

A Via Latina foi construída durante a reforma de D Francisco de Lemos (reitor, 1770-90)⁵⁴.

Sobre o patamar onde seria o antigo eirado manuelino, em frente da sala de actos, foi acrescentada uma galeria porticada, ao longo de toda a ala norte do conjunto, na face virada para o interior do terreiro.

Sobre a Via Latina, salientam-se o ‘alto tecto’ da Sala dos Capelos e o outro, mais baixo da reitoria e Faculdade de Direito.

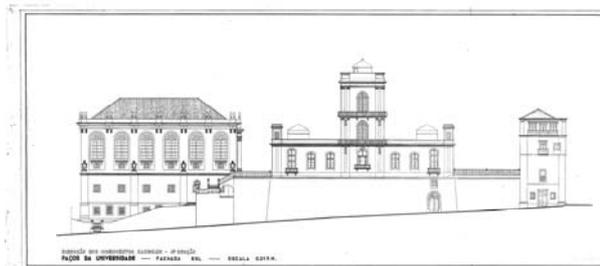
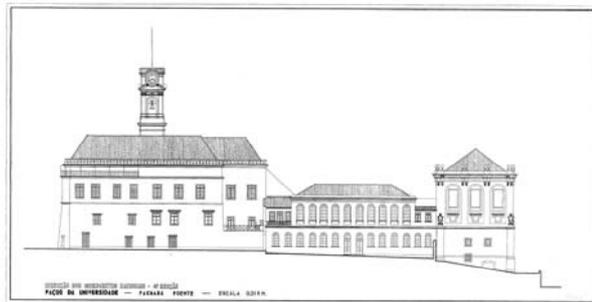
Ao centro da composição está um corpo que monumentaliza a entrada formado por 3 arcos, e rematado superiormente por um frontão onde aparece o escudo nacional e no vértice uma estátua simbolizando a Universidade. Na base, uma grande escadaria dá acesso à Via Latina que está a uma cota superior à do Pátio.

Este corpo não está no centro exacto da fachada, por se encontrar na junção entre o edifício da reitoria e a Sala dos Capelos, daí resulta um diferente espaçamento entre as colunas da galeria, mais apertado do lado nascente.

Na parede interior do arco do meio do corpo central está a escultura de Laprade, executada em 1700-1701, onde aparece a escultura do rei em meio corpo, acompanhado de duas figuras femininas sentadas, a fortaleza e a justiça. Admite-se que tenha sido modificada, passando a representar D José, apesar da escultura ter sido feita inicialmente no reinado de D Pedro II.

⁵³ também é desse período (reforma de D Francisco de Lemos) a construção do muro de suporte, e o Horto Botânico, entre o claustro da Sé velha, e o Paço das Escolas, encostado ao edifício da ‘Casa dos Contadores’ da Imprensa da Universidade.

⁵⁴ no terceiro quartel do séc. XVIII, de acordo com o ‘Inventário Artístico da cidade de Coimbra’



A *Imprensa da Universidade*, foi construída no contexto da modernização da Universidade programada pela reforma pombalina.

Com a instalação do cabido no edifício do antigo Colégio de Jesus, e a transferência da Sé para a igreja colegial (Sé Nova), o claustro da Sé Velha foi entregue à Universidade em 1772 para aí instalar a *Imprensa Académica*. Foram também compradas casas na rua da Ilha e na rua do Norte para a sua ampliação.

No claustro, para além do piso baixo havia uma parte alta, que hoje já não existe em consequência das obras para adaptação à *Imprensa*.

O novo edifício construído na rua do Norte foi projectado pelo Tenente-Coronel Guilherme Elsdén e o seu Ajudante-Engenheiro Teodoro Marques Pereira da Silva. Ao conjunto dos edifícios pode atribuir-se a data média de 1773.

A *Imprensa* foi extinta em 1933.

O *Jardim Botânico*, foi também criado no âmbito da modernização do ensino e da sua incidência sobre a prática, fazia parte da Faculdade de Filosofia e aparecia associado ao ensino da História Natural. A sua construção começou em 1773 e havia de se prolongar por todo o séc. XIX.

Em 1773, os professores Vandelli e Dalla Bela e o Tenente-Coronel Guilherme Elsdén escolheram os terrenos adjacentes ao Colégio de S Bento para aí instalar o *Jardim Botânico*.

Esses terrenos pertenciam quase na totalidade ao colégio, que os ofereceu gratuitamente.

O projecto, feito ainda nesse ano pelos professores italianos e Guilherme Elsdén, foi rejeitado pelo Marquês que o considerou demasiado dispendioso. No ano seguinte (1774), o Marquês autoriza a compra de uma pequena planície na cerca dos Marianos.

O muro de suporte e o aterro para encher a grande depressão só ficaram prontos em 1790. Para esse aterro foi utilizado o entulho proveniente das demolições do Colégio de Jesus e da demolição do Castelo que iria ser substituído pela construção do observatório.

Em 1807, D Francisco de Lemos⁵⁵ compra mais uma parcela da cerca dos religiosos Marianos.

Entre 1814 e 1821 fez-se a movimentação de terras entre a rua central e a superior, assim como o muro e o gradeamento que limita o jardim.

No ano de 1856, o governo autorizou a construção da estufa, que é projecto do engenheiro Pezerat.

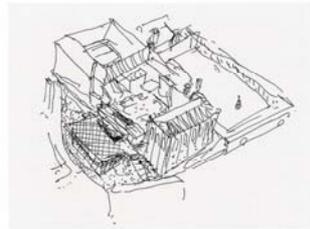
O *Jardim Botânico* ocupa o vale e as encostas entre o morro do antigo Colégio de S José dos Marianos (actualmente Hospital Militar) e o morro do extinto Colégio de S Bento (actualmente Instituto Botânico e Departamento de Antropologia). É constituído por duas partes, uma que ocupa o alto, distribuída em terraços e ajardinada, e outra, a mata, que ocupa os dois morros e o vale.

A Sala de Leitura da Biblioteca, ou *Casa da Livraria*, foi construída entre os Gerais e a Biblioteca, onde se encontram os arcos manuelinos, aproximadamente no alinhamento da parede dos Gerais. Esses arcos deviam ficar na área de depósito, abaixo da sala, supõe-se que fossem os mesmos arcos que ficaram estendidos no terreiro com a morte de Marcos Pires e a interrupção súbita das obras manuelinas.

Em frente da sala de leitura, separadas, ficavam instalações modestas, para a habitação de funcionários universitários, no mesmo sítio onde existem ainda vestígios das obras manuelinas, uma porta de arco quebrado e chanfrado, e um muro de suporte reforçado por contrafortes.

Tal como o Observatório Astronómico, a *Casa da Livraria* foi demolida, no séc. XX, com a intervenção do Estado Novo.

⁵⁵ que volta a ser reitor em 1799



As transformações do Paço das Escolas durante o séc. XX devem-se fundamentalmente a três circunstâncias. (1) Por um lado, uma série de obras de reparação, restauro e adaptação dos edifícios às diversas necessidades de funcionamento da Universidade, encomendadas à DGEMN⁵⁶ por ser, o conjunto dos edifícios do Paço, classificado Monumento Nacional. Por outro lado (2), as obras da Cidade Universitária resultaram numa profunda alteração da morfologia da Alta de Coimbra, e a sua consequência para o Paço das Escolas foi a demolição do Observatório Astronómico e da Sala de Leitura da Biblioteca, duas construções da época pombalina. E (3) a terceira circunstância, a construção do novo Auditório da Faculdade de Direito, obra do Arquitecto Fernando Távora.

Principais intervenções da DGEMN

1932-35, Biblioteca, reparação de telhados, restauro de pinturas e talhas. Porta Férrea, reparações.

1937-39, reparação de telhados, caixilhos e rebocos na Sala dos Capelos, Biblioteca, Via Latina, Gerais e Faculdade de Direito. Gerais, reparação de azulejos. Via Latina, reparação de pavimentos. Sala dos Capelos, recuperação de quadros. Biblioteca, substituição de estantes e reparação de estuques.

1941-48, reparação de telhados, paredes, escadas, cantarias, portas e janelas na Faculdade de Direito, ala de S Pedro, Gerais, Capela e Biblioteca. Porta Férrea, restauro da abóbada.

1950-54, reparações na Biblioteca, Via Latina, ala de S Pedro, Gerais, Capela, Faculdade de Direito e Torre, incluindo reparação dos sinos.

1957-69, reparações na Biblioteca, Capela, Gerais, Via Latina, Sala dos Capelos, Escadas de Minerva. Faculdade de Direito, obras de adaptação e remodelação da ala de S Pedro.

1969, obras para a instalação do Museu de Arte Sacra.

1978-87, Biblioteca Joanina, recuperação do piso de cave para área de trabalho e da sub-cave⁵⁷ para depósito de livros, reparações na cobertura e terraços, instalações para equipamento de ar condicionado. Faculdade de Direito, criação de gabinetes para professores no r/c e 1º andar da ala de S Pedro e no último piso dos Gerais, aproveitamento do r/c da Via Latina convertido em entrada para a Faculdade de Direito, obras de conservação em todas as salas de aula dos Gerais e recuperação da cave e sub-cave, substituição da estrutura de madeira da cobertura dos Gerais por betão armado que permitiu a criação de um piso para depósito da Biblioteca do Instituto Jurídico e instalação do equipamento de ar condicionado.

1986-87, obras de conservação na Capela e Museu.

1996-98, Faculdade de Direito, remodelação do bar e intervenção na Sala Gomes Teixeira transformada em sala de leitura desde 1989.

⁵⁶ Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

⁵⁷ antigas Prisões Académicas



As obras da Cidade Universitária

Com a extinção das Ordens religiosas em 1834, a ocupação dos Colégios universitários permitiu adiar o problema de instalações da Universidade até ao início do século 20.

Mas esse adiamento só foi possível à custa de uma enorme dispersão dos serviços das faculdades por edifícios que iam sendo adaptados, parcial e provisoriamente, de acordo com as necessidades imediatas e com a capacidade negocial das faculdades.

Essa situação, agravada pela reforma dos estudos de 1911, e pelo contínuo aumento do nº de alunos, que se previa continuasse a aumentar, conduziram à necessidade de uma racionalização e redistribuição dos espaços físicos da Universidade, tornando indispensável uma reestruturação total e a construção de novos edifícios⁵⁸.

A decisão do governo criar em Lisboa a cidade universitária, precipitou em Coimbra a decisão do senado reclamar uma obra semelhante, essa decisão foi tomada na sessão de 23 de Maio de 1934.

Nos finais de Outubro desse mesmo ano o governo acaba por aceitar as exigências da Universidade de Coimbra e decide nomear uma comissão que ficaria encarregue de elaborar um relatório das necessidades mais urgentes em matéria de instalações.

A comissão é nomeada pelo Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco⁵⁹, integrando 4 professores e 2 arquitectos⁶⁰. O relatório produzido por essa comissão foi considerado insuficiente por Duarte Pacheco.

Em 1940⁶¹ outra comissão constituída apenas por professores apresenta um segundo relatório, considerado novamente insuficiente pelo ministro.

A avaliação de Duarte Pacheco, que foi sempre considerando insuficientes os programas apresentados pelas duas comissões, explica-se pela elevada expectativa que mantinha em relação às possibilidades urbanísticas daquela intervenção.

Depois da sua entrada para o Ministério das Obras Públicas e Comunicações em 1932⁶² o Estado Novo dá um considerável impulso à sua política urbanística, importando especialistas como J C Forestier, Alfred Agache (franceses) ou Etienne de Gröer (belga).

Em relação à cidade universitária de Coimbra, o ministério de Duarte Pacheco esperava poder associar a importância simbólica da Universidade e a dimensão da reestruturação necessária, como uma oportunidade para justificar uma obra grandiosa e monumental, que não estava a ser imaginada inicialmente com a escala urbanística que veio a ter.

O debate criado com a constituição das duas comissões, entre 1934 e 1940, discutia entre 2 hipóteses de localização. A construção de uma cidade universitária de raiz (1) apenas possível com a criação de um novo pólo universitário afastado do centro, ou (2) a remodelação da antiga Alta universitária.

A primeira hipótese exigia a existência de um território considerável, desocupado, que permitisse a edificação de um plano monumental e com possibilidades de expansão.

Permitia a execução de um plano de urbanização de raiz e edifícios construídos propositadamente para esse fim, mas obrigava ao afastamento da Alta e do Paço das Escolas. Poderia ser na margem esquerda do rio, entre o Convento de Santa Clara e a Escola de Regentes Agrícolas.

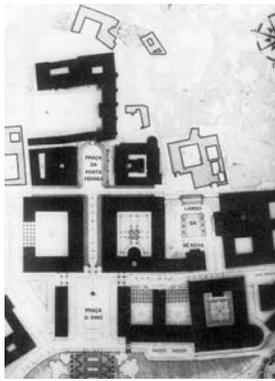
⁵⁸ em 1800, 1148 estudantes (embora com a reforma pombalina tenha havido uma subida momentânea para cerca de 3000 alunos). Em 1900, 1449 estudantes. 1933-34, 1915 matrículas. Até 1942-43 nunca ultrapassou os 2000 inscritos. 1950-51, 3032 inscritos. 1960-61, 5357 inscritos. 1969-70, 9650 inscritos. 1973-74, 10 343

⁵⁹ Despacho publicado em 'Diário do Governo' em 15 de Dezembro de 1934

⁶⁰ Raúl Lino e Luis Benavente

⁶¹ Portaria de 28 de Agosto de 1939

⁶² 1932-36 e 1938-43



A segunda hipótese baseava-se, essencialmente na enorme importância simbólica da localização original da Universidade na Alta, que se devia tanto à presença do edifício do Paço das Escolas como de todos os colégios universitários que aí se tinham instalado depois de 1537, e de todos os edifícios construídos com a reforma pombalina, que faziam da Alta de Coimbra um lugar que tinha já na sua origem o carácter de uma verdadeira cidade universitária e que apenas precisava de uma ‘remodelação’.

Essa remodelação baseava-se no aproveitamento e ampliação dos colégios existentes, e ainda assim, envolveria a demolição de áreas consideráveis da malha urbana que permitissem adaptá-la a um funcionamento mais moderno. Implicava o alargamento de algumas ruas melhorando as condições do trânsito, a higiene pública e privada, e que considerasse a qualidade do espaço público, procurando alinhamentos e a regularização de alguns largos e praças.

E, por outro lado, não inviabilizaria a criação futura de outros pólos universitários, menores, em outras áreas da cidade.

Essa era a hipótese defendida insistentemente pelas comissões constituídas para esse efeito, e por personalidades individuais como Ângelo da Fonseca⁶³, Abel Augusto Dias Urbano⁶⁴, e pelo próprio Oliveira Salazar⁶⁵.

Mas era essa mesma hipótese que Duarte Pacheco considerava insuficiente

O Plano de Cottinelli Telmo

Em 1941 o governo cria a ‘Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra’⁶⁶ (CAPOCUC), que haveria de planear e executar uma solução definitiva para a cidade universitária.

A comissão era constituída pelo reitor da Universidade Maximino Correia, presidente da comissão, um engenheiro-director, um arquitecto-chefe Cottinelli Telmo, um secretário contabilista licenciado em ciências económicas e financeiras e um arquitecto especializado em edifícios e monumentos nacionais.

Duarte Pacheco morre em 1943. Em 1948 morre Cottinelli Telmo, e Cristino da Silva assume as funções de Arquitecto chefe da CAPOCUC.

⁶³ Ângelo da Fonseca, médico, professor da Faculdade de Medicina, publicou em 1933 um relatório sobre os edifícios e os serviços industriais dos hospitais, onde sugere que os Colégios de S Bento e dos Loios sejam entregues à Universidade, e a compra do edifício do Colégio dos Grilos, prédios da rua Larga, rua dos Militares, etc... para construir uma das mais belas cidades universitárias. E sugere ainda a criação da ‘Casa dos Estudantes’.

⁶⁴ Abel Augusto Dias Urbano, publicou uma série de artigos intitulada ‘Urbanização de Coimbra – a cidade universitária’ no jornal ‘O Despertar’, em finais de 1934, onde apontava uma série de medidas a adoptar com o objectivo de a ‘remodelar’, rectificação de alinhamentos, regularização de fachadas, modernização das vias, etc... E também a criação da ‘Casa dos Estudantes’ (Associação Académica) e a construção de um ginásio.

⁶⁵ Oliveira Salazar expõe a sua concepção da cidade universitária de Coimbra no prefácio do 2º volume dos seus ‘Discursos e novas políticas’ (1 de Dezembro de 1937), onde manifesta a sua concordância com a concepção remodeladora de Ângelo da Fonseca, Abel Urbano e da 1ª comissão (que entretanto ainda era a única). É aliás admissível que o texto de Salazar tenha sido baseado nas conclusões do relatório dessa 1ª comissão, que deve ter sido apresentado em 1936 (ainda durante o 1º mandato de Duarte Pacheco). Salazar acrescenta no entanto a demolição do observatório astronómico (“aquela excrescência”).

⁶⁶ Decreto-lei publicado no ‘Diário do Governo’ em 15 de Outubro de 1941



Em 14 de Abril de 1943 começaram as demolições na rua das Parreiras para construir o Arquivo da Universidade. Em Fevereiro de 1944 começaram as demolições na rua Larga. Em Agosto de 47 começa a demolição do Arco do Castelo⁶⁷. Entre Setembro e Novembro de 49 é demolido o Colégio de S Paulo Eremita, sede da Associação Académica.

Em Novembro de 1957 começam a ser demolidas as casa encostadas ao aqueduto (Arcos do Jardim).

Quase 2 centenas de prédios demolidos e mais de 2 mil desalojados.

Até 1954 foram construídos os bairros de Celas, da Porcelana, Marechal Carmona (actualmente Norton de Matos), Fonte do Castanheiro, Conchada e Alto de Santa Clara.

O primeiro edifício a ser construído foi o Arquivo da Universidade, inaugurado em 16 de Outubro de 1948. Deixou disponível uma área considerável da ala de S Pedro, no Paço das Escolas.

Arquivo da Universidade, inauguração, Outubro de 1948 (arq. Alberto Pessoa)

Faculdade de Letras, inaugurado a 22 de Novembro de 1951 (arq. Alberto Pessoa, o projecto final foi apresentado em 1944)

Faculdade de Medicina, inaugurado em 29 de Maio de 1956 (arq. Lucínio Cruz)

Biblioteca Geral⁶⁸, inauguração (também) em 29 de Maio de 1956 (arq. Alberto Pessoa)

Edifício Matemática, FCTUC, inaugurado em 17 de Abril de 1969 (arq. Lucínio Guia da Cruz)

Dep. de Física e Dep. de Química, FCTUC, inauguração 1975 (arq. Lucínio Guia da Cruz)

Fora da cidade universitária foi construído o Observatório Astronómico, o Estádio Universitário (Santa Clara), e a sede da Associação Académica (Praça de República).

⁶⁷ que foi construído em 1755, depois do grande terramoto, entre o Hospital da Universidade e o Hospital dos Lázarus para travar o elevado cunhal do Colégio de S Jerónimo.

⁶⁸ construída no mesmo sítio do antigo Colégio Real de S Paulo Apóstolo, que foi inaugurado em 2 de Maio de 1563, embora tenha começado a construir-se em 1550, era um dos dois Colégios-Maiores, secular, destinado a Doutores e Licenciados

No mesmo sítio do Colégio Universitário quinhentista, foi construída antes dele a Igreja de Milreus, dedicada a S Miguel, fundada pelo primeiro conservador da cidade conquistada aos muçulmanos, D Sisnando, de acordo com o que refere o seu testamento do ano de 1087.

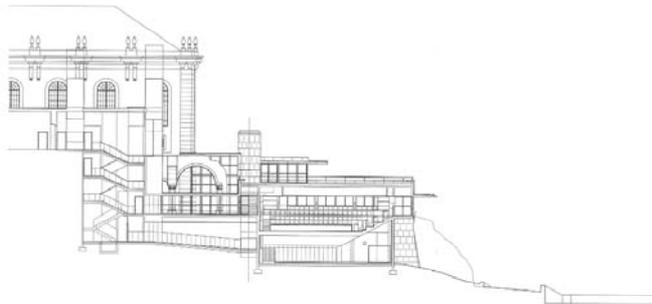
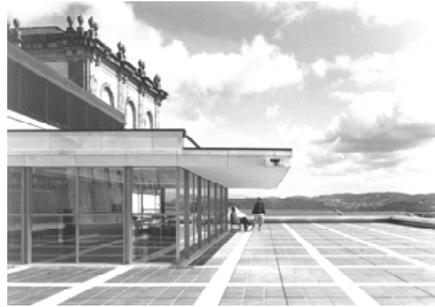
No mesmo sítio construiu D Dinis a sede do Estudo Geral, quando o transferiu para Coimbra (a primeira vez), 1308-38.

Em 1443, o Infante regente D Pedro, Duque de Coimbra, quis fundar aí outra Universidade, mantendo a que existia em Lisboa.

Em 1755, o terramoto danificou bastante o edifício quinhentista do Colégio Universitário. Nessa altura o arquitecto Giacomo Azzolini fez o levantamento das fachadas, esses desenhos encontram-se no Museu Machado de Castro.

O colégio foi extinto em 1834 e entregue à Universidade. O edifício foi demolido em 1888, para construir um Teatro Académico de raiz, no entanto o terreno foi entregue à Faculdade de Letras em 1912, que aí construiu o seu edifício com um projecto do arquitecto Silva Pinto.

A Biblioteca Geral foi construída aproveitando uma parte desse edifício da antiga Faculdade de Letras.



Auditório da Faculdade de Direito

Concurso, Outubro 1993

Ante-Projecto, Abril 1994

Projecto de Execução, Dezembro 1995

Conclusão da Obra, (Novembro) 2000

Uma das principais preocupações de Fernando Távora⁶⁹ em relação ao projecto para o edifício do novo Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra é o contacto com o edifício existente do Paço das Escolas. Essa preocupação manifesta-se tanto ao nível da sua estrutura funcional e construção, como em aspectos de natureza formal e plástica.

Estrutura Funcional

O funcionamento do edifício caracteriza-se por uma grande clareza e simplicidade, tanto na relação que estabelece com a Faculdade de Direito e nos acessos que é possível fazer directamente do exterior, como na relação entre os diversos espaços interiores com diferentes funções.

O novo edifício é construído ligeiramente afastado dos edifícios existentes e comunica com o Paço antigo apenas em dois pontos, através de dois corredores envidraçados que atravessam a arcada manuelina (de Marcos Pires), por baixo de 2 arcos sem lhes tocar.

Esses dois corredores, existentes nos dois extremos (norte e sul) do novo edifício, estão associados a duas entradas directas do exterior, e cada um deles a um pequeno átrio que distribui a circulação para o átrio central ou para a sala de aula.

O edifício organiza-se essencialmente em duas grandes áreas funcionais correspondendo a dois espaços amplos. (1) A sala de aula com capacidade para cerca de 450 lugares sentados, uma galeria que os envolve e permite o aumento da lotação do auditório com assistência em pé, e uma cabine de projecção e tradução simultânea. (2) O outro espaço, é o átrio central, entre a área da sala de aula e o edifício existente do Paço das Escolas, funciona como importante área de distribuição, comunica com os outros átrios menores e também com a sala de leitura e o terraço existentes no piso superior, sobre a sala de aula. É também no átrio central que se encontra o bar do auditório.

Construção

O edifício é construído fundamentalmente com estrutura em betão, mas tem também uma parte da estrutura em ferro, em espaços com grandes superfícies envidraçadas, como acontece no grande átrio central, junto à arcada manuelina e ao muro gótico. Os caixilhos são em ferro e o exterior do edifício é revestido com uma placagem de calcário, em pilares e paredes. No interior a sala do auditório é completamente revestida a madeira tanto no pavimento como na parede principal

⁶⁹ expressa na Memória Descritiva e Justificativa do Projecto Base.



A demarcação dos dois espaços funcionais referidos é evidente também pela caracterização do átrio central, completamente envidraçado e voltado para a arcada e todo o conjunto do Paço das Escolas, a nascente. Juntamente com os outros dois átrios e corredores de ligação ao pré-existente, também completamente envidraçados, o conjunto destas áreas permite uma grande comunicação visual e, sobretudo uma grande consideração pela presença dos arcos manuelinos, do muro gótico, e do que ainda é possível a vista alcançar da Biblioteca Joanina, da Capela e dos Gerais.

Aspectos de natureza formal

A geometria da sala, um retângulo igual à soma de dois quadrados idênticos, é definida pela existência de um módulo encontrado a partir da dimensão frontal das cadeiras (0,55 m) e da dimensão transversal dos degraus (1,10 m). A medida de 0,55 x 0,55 generaliza-se e aplica-se depois a todo o edifício.

Com essa regra, o edifício apresenta, exteriormente, uma enorme regularidade nos três planos exteriores (norte, sul e poente), apenas interrompida pela existência dos referidos acessos e corredores de ligação ao Paço.

A imagem do edifício é também, em grande parte, determinada pela importância que adquire o forte prolongamento das lajes de cobertura para o exterior, que acentua a horizontalidade do edifício.

Essa horizontalidade é reforçada pela existência da caixa de escadas de acesso à Faculdade de Direito, pelo ritmo constante dos pilares evidenciados no exterior, e sobretudo, pela implantação do edifício a uma cota consideravelmente inferior à do terreiro, que determina a implantação de todos os outros edifícios do Paço. E o resultado, do conjunto dessas circunstâncias, é a adequação do edifício do Auditório da Faculdade de Direito, de tal maneira que ele não é um obstáculo à continuação da forte presença do Paço das Escolas na imagem da cidade. Tanto para quem o observa bastante afastado, como para quem está mais próximo.

Bibliografia

Correia, Vergílio

com Nogueira Gonçalves, 'Inventário artístico de Portugal', vol. 2, Cidade de Coimbra, Academia Nacional de Belas artes, Lisboa 1947

Dias, Pedro

'A Arquitectura de Coimbra, na transição do Gótico para a Renascença: 1490-1540',
Dissertação de Doutoramento, Lisboa 1982

Ferreira, Patrícia da Costa

'O Colégio de Santo Agostinho', Prova Final de Licenciatura, Departamento de Arquitectura da FCTUC. Coimbra 1996

Lobo, Rui Pedro

'Os Colégios de Jesus, das Artes e de S Jerónimo. Evolução e transformação no espaço urbano'
Edições do Departamento de Arquitectura da FCTUC, Coimbra 1999

'O Paço Real das Escolas'

Trabalho realizado no âmbito da disciplina de 'História da Arquitectura Portuguesa', por Cláudia Xavier, Inês Pincho, Isabel Valverde e Sandra Almeida, Darq FCTUC, 1993

Pimentel, António Filipe

Domus Sapientiae. O Paço das Escolas

Uma empresa esclarecida. A Biblioteca Joanina

In Revista Monumentos nº 8, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Rosmaninho, Nuno

'O princípio de uma revolução urbanística no Estado Novo. Os primeiros programas da cidade universitária de Coimbra (1934-1940)', Minerva Editora, Coimbra 1996

Rossa, Walter

'Diversidade, Urbanografia do espaço de Coimbra, até ao estabelecimento definitivo da Universidade', 2001

Viterbo, Francisco Sousa

'Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses ou a serviço de Portugal', 3 vols., Lisboa 1899-1922

Imprensa Nacional Casa da Moeda, reedição 1988

Revista 'Monumento' nº 8, Março 1998, Revista semestral de edifícios e Monumentos, editada pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa.

Agradeço à Reitoria da Universidade de Coimbra, e à Faculdade de Direito, que ocupam actualmente o Paço das Escolas, pelas facilidades concedidas no acesso às suas instalações.

Agradeço também ao Núcleo da Cidade Muralhada, da Câmara Municipal de Coimbra, pelas fotografias da maquete da cidade, e ao Escritório do Arq. Fernando Távora, as informações disponibilizadas.